

8/9/2017

## Em Entre-os-Rios CIM do Tâmega e Sousa apresenta plano de ação de mobilidade sustentável

A Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa apresentou, no passado dia 16 de maio, em Entre os Rios, o Plano de Ação de Mobilidade Sustentável do Tâmega e Sousa, numa conferência com o tema Transportes e Mobilidade Sustentável, um dos eixos estratégicos de intervenção para esta sub-região.



Contando com a participação de vários especialistas do IMT, AMT, ANTROP, CCDR Norte, UP, UTAD, entre autarcas da região, técnicos municipais e empresários do setor, durante todo o dia foram abordados temas como o planeamento, a gestão, a mobilidade, acessibilidade, numa região caracterizada por assimetrias profundas entre o norte e sul do território, em matérias de demografia, desenvolvimento económico, emprego e acessibilidades.

Segundo o Presidente da Câmara Municipal de Penafiel, Antonino de Sousa, que acolheu os participantes, “a heterogeneidade demográfica, geográfica e social dos 11 municípios que compõem o Tâmega e Sousa, este território continua a aguardar por obras fundamentais que em muito contribuiriam para esbater estas assimetrias, como é o caso, entre outras, do IC 35”.

Por sua vez, Alírio Costa, primeiro-secretário da CIM do Tâmega e Sousa, apresentou, em traços gerais, o plano que reflete a visão estratégica e sobretudo operacional que esta entidade tem para o território, em matéria da mobilidade. “Estamos perante um enorme desafio, mas também diante de uma oportunidade única para revolucionar a forma como nos

deslocamos e relacionamos dentro da nossa sub-região, bem como com as comunidades vizinhas”, afirmou o responsável.

O mesmo responsável referiu existirem agora condições para assumir as funções de Autoridade Intermunicipal de Transportes, uma vez que está agora realizado o diagnóstico às lacunas existentes.

A melhoria da eficiência e da eficácia do transporte de pessoas e bens, a promoção de modos de transporte mais limpos e eficientes, a garantia de um sistema de acessibilidade e transporte mais inclusivo, a diminuição do impacto negativo do sistema de transportes na saúde e segurança dos cidadãos, bem como a redução da poluição atmosférica, do ruído, das emissões de gases com efeito de estufa e do consumo de energia são objetivos deste Plano e representam a visão da Autoridade Intermunicipal de Transportes, que pretende, através de um plano de ações, levar a cabo.

Na primeira mesa redonda, moderada por Ricardo Bento da UTAD e onde participaram Luís Ramos, Deputado da Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, de Jorge Nunes, Vogal da Autoridade de Gestão do Norte 2020 – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN), de Paulo Ferraz, Administrador do Instituto Politécnico do Porto, de Cecília da Silva, investigadora da Universidade do Porto, e de Armando Mourisco, Vice-presidente do Conselho Intermunicipal da CIM do Tâmega e Sousa, foi realçada a importância da mudança de comportamento de todos, de modo a que o transporte público e os chamados modos suaves (deslocações a pé e em bicicleta) sejam cada vez mais utilizados e estejam mais acessíveis e em alinhamento com as necessidades de deslocação dos cidadãos.



Na mesa redonda da tarde, com a moderação de José Limão, da Transportes em Revista, e sobre o tema “Descentralização da concessão de transportes: quais os modelos e as vantagens?”, participaram Eduardo Lopes Rodrigues, Vice-presidente da AMT, Eduardo

Feio, Presidente do IMT, de Luís Cabaço Martins, Presidente da ANTROP, e de José Luís Gaspar, Vice-presidente do Conselho Intermunicipal da CIM do Tâmega e Sousa, o debate destacou a importância de se passar a considerar a mobilidade sustentável como algo fundamental para as pessoas e para a economia regional e, por consequência dotar as Comunidades Intermunicipais e as Câmaras Municipais de capacidade financeira e técnica para assumir as responsabilidades que agora lhes são confiadas.

No final dos trabalhos, Inácio Ribeiro, Presidente do Conselho Intermunicipal, mostrou o seu desagrado pelos recursos alocados para o Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável do Tâmega e Sousa terem ficado muito aquém do necessário, prejudicando, os municípios de baixa densidade.

Aproveitando a presença de Fernando Freire de Sousa, Presidente da CCDRN, o autarca, reforçou que, na reprogramação que se aproxima, seja atenuada a injustiça de que o Tâmega e Sousa foi alvo.

Na intervenção final, Fernando Freire de Sousa, afirmou que a sua presença era mais um sinal da sua consciência em relação às injustiças cometidas na distribuição dos recursos financeiros para esta sub-região, tendo-se manifestado disponível para atenuar ou corrigir esta evidência.

*por José Monteiro Limão*

**Por:**

**Fonte:**